



Escritura de Venda que fazem João
da Silva Lopes e esposa, do Freguesia
de S. Martinho da Gandra,
à Câmara Municipal de Oliveira de
Azeméis.

Arquivo Municipal

Oliveira de Azeméis

Nir

Aos catorze dias do mês de Março de mil novecentos e sessenta, nesta Vila de Oliveira do Azeméis e Secretaria da Câmara Municipal, perante mim, António Maria Soares Pinto dos Reis, chefe da mesma Secretaria e notário privativo desta Câmara e as testemunhas adiante nomeadas e assinadas, minhas conhecidas, cuja idoneidade verifiquei, compareceram como autorizantes: Primeiros: José da Silva Lopes, agricultor e esposa Emília Lopes da Rocha, doméstica, naturais da freguesia de São Martinho da Gandra e residentes no lugar do Telhado, da mesma freguesia, deste concelho. E como segundo autorizante o senhor Doutor Artur Correia Barbosa, casado, advogado, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, deste concelho, devidamente autorizado, para este efeito, em reunião ordinária da Câmara, de três do mês corrente. Certifico a identidade dos primeiros autorizantes por observação das testemunhas instrumentais e a do segundo por ser do meu conhecimento pessoal. E pelos primeiros autorizantes foi dito, que por esta escritura e com transferência imediata de domínio e posse, vendem a ^{meu e abouco} Câmara Municipal de Oliveira do Azeméis, aqui representada pelo segundo autorizante: - Uma terra lavradia, com a área de mil cento

e sessenta e sete metros quadrados, no lugar do
Telhado, limites de Canadellas, da freguesia de São
Martinho da Candeia e que confina do nascente
com os vendedores, poente com a estrada, norte
com os vendedores e outro e sul com o caminho,
inscrita na matriz vestida daquela freguesia sob
o artigo oitenta e sete, não descrito na Conservató-
ria do Registo Predial, desta comarca, livre e olo-
dial. Não é devido o imposto de sisa nos termos
do Decreto quarenta e um mil novecentos sessenta
e nove, artigo décimo terceiro, número dois, de vin-
te e quatro de Novembro de mil novecentos e cin-
coenta e oito, em virtude do terreno vendido se
destinar à construção de um edifício escolar, ao
abrigo do Plano dos Centenários. Que esta ven-
da é feita pela quantia de dezassete mil qui-
nhentos e cinco escudos, que neste acto me dee-
pararam haver recebido da Câmara Municipal
por intermédio do senhor Presidente a quem dá
quitação, obrigando a autoria averçada. Pelo
segundo autorgante foi dito que aceitava este
contrato nos precisos termos, aqui exarados.
Foi-me apresentada, o que arguiu, certidão
da Conservatória do Registo Predial, desta co-
marca, passada com a data de hoje, a requeri-



10

Nin

mento da mesma data, sob o numero nove do
diário, pela qual se prova que o referido prédio não
se encontra descrito. Assim o disseram, autorizando
e simultaneamente aceitaram, do que sou fi, sendo
testemunhas presentes, Ernesto Ferreira de Figueira
e Abelio Rodrigues dos Santos, casados, funcio-
nários deste Corpo Administrativo, residentes nes-
ta vila, que vão assinar com os autorizantes e co-
migo notário, depois de lido e explicado o conteú-
do desta escritura, em vez oita e oito centavos, na
presença de todos, aposto os autorizantes as impres-
sões digitais do indicador da mão direita pela or-
dem de menção. Em tempo se declara que o terreno
adquirido, pela Câmara, corresponde sensivelmente
a um terço da área do referido artigo oitenta e sete.
Rasurei "Rocha". Não assina o primeiro autorizante
por desconhecer nada o saber fazer.

Em tempo se declara que o terreno
adquirido, pela Câmara, corresponde sensivelmente
a um terço da área do referido artigo oitenta e sete.
Rasurei "Rocha". Não assina o primeiro autorizante
por desconhecer nada o saber fazer.

Em tempo se declara que o terreno
adquirido, pela Câmara, corresponde sensivelmente
a um terço da área do referido artigo oitenta e sete.
Rasurei "Rocha". Não assina o primeiro autorizante
por desconhecer nada o saber fazer.

Em tempo se declara que o terreno
adquirido, pela Câmara, corresponde sensivelmente
a um terço da área do referido artigo oitenta e sete.
Rasurei "Rocha". Não assina o primeiro autorizante
por desconhecer nada o saber fazer.

Em tempo se declara que o terreno
adquirido, pela Câmara, corresponde sensivelmente
a um terço da área do referido artigo oitenta e sete.
Rasurei "Rocha". Não assina o primeiro autorizante
por desconhecer nada o saber fazer.

Em tempo se declara que o terreno
adquirido, pela Câmara, corresponde sensivelmente
a um terço da área do referido artigo oitenta e sete.
Rasurei "Rocha". Não assina o primeiro autorizante
por desconhecer nada o saber fazer.

Conta: artº 18-nº 2 (conservação dos Registos Cam-
rais) 2.50. A importância total a cobrar é de dois centavos e
cincoenta centavos. Registra-se no livro respectivo sob nº 6.